

REVISÃO

## Oral history as a way of constituting the history of rural youth organizations in Cariri, Ceará (1990-2000)

### A História oral como possibilidade de constituição da história das organizações de juventude rural no Cariri cearense (1990-2000)

### La historia oral como forma de constituir la historia de las organizaciones juveniles rurales en Cariri, Ceará (1990-2000)

Francisco Ytalo de Lima Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.

**Citar como:** Ytalo de Lima Silva F. Oral history as a way of constituting the history of rural youth organizations in Cariri, Ceará (1990-2000). Southern perspective / Perspectiva austral. 2025; 3:36. <https://doi.org/10.56294/pa202536>

Enviado: 17-02-2024

Revisado: 01-07-2024

Aceptado: 01-11-2024

Publicado: 05-01-2025

Editor: Dra. Mileydis Cruz Quevedo 

#### ABSTRACT

This article is an offshoot of ongoing doctoral research, the subject of which is the history of the Rural Youth Ministry (PJR) in the Cariri region of Ceará, from 1994 to 1999. Due to the lack of documentary sources on its history, we opted for the methodology of oral history for the construction of sources and analysis. Regarding the PJR, it is important to note that it emerged in 1983, as a dissidence of the youth groups of the Pastoral da Juventude Meio Popular, in Pernambuco, and the Pastoral da Juventude, in Rio Grande do Sul. From these localized experiences in the South and Northeast, the pastoral gradually won over more rural youth and expanded to other regions and states of the country. In Ceará, the first groups emerged in the Cariri region in 1994, when a commission made up of 10 young people took on the responsibility of forming groups in their communities. Furthermore, the PJR is a progressive and ecumenical organization linked to the Catholic Church. Having made the necessary considerations about the object that inspired this article, our aim in this work is to reflect on the possibilities of oral history in the constitution of sources and analysis in the field of history, in order to historicize the historical course of rural youth organizations and social movements. In this sense, we believe that oral history has been fundamental in enabling us to learn about the mobilization processes and socio-political and cultural organization strategies of various social groups, in this specific case, rural youth, through oral narratives. By conducting interviews with the protagonists of these organizational processes, we can revive their memories and access relevant information about the past. Therefore, by means of a qualitative bibliographical review of oral history, we intend to reflect on the possibilities that this methodology offers for research in the field of history, especially when it comes to dealing with young people and their various forms of socio-political and cultural organization.

**Keywords:** Bibliographical Research; Oral History; Rural Youth.

#### RESUMO

O presente artigo é um desdobramento da pesquisa em andamento de doutorado que tem como objeto de estudo a História da Pastoral da Juventude Rural (PJR) na região do Cariri cearense, no período de 1994 a 1999. Devido à ausência de fontes documentais sobre sua história, optamos pela metodologia da História oral, para construção de fontes e análise. Sobre a PJR, é importante destacar que ela surgiu em 1983, como dissidência dos grupos de jovens da Pastoral da Juventude Meio Popular, em Pernambuco, e da Pastoral da Juventude, no Rio Grande do Sul. Dessas experiências localizadas nas regiões Sul e Nordeste, a pastoral foi conquistando mais jovens rurais e se expandindo para outras regiões e estados do país. No Ceará, os primeiros grupos dela surgiram na região do Cariri, em 1994, quando uma comissão composta por 10 jovens,

assumiram a responsabilidade de formar grupos em suas comunidades. Ademais, a PJR é uma organização de caráter progressista e ecumênica vinculada a Igreja Católica. Feitas as devidas considerações sobre o objeto que inspirou esse artigo, nosso objetivo nesse trabalho é refletir sobre as possibilidades da História oral, na constituição de fontes e análise na área de História, de forma a historicizar o transcurso histórico de organizações e movimentos sociais de juventudes rurais. Neste sentido, acreditamos que a História oral tem sido fundamental para que possamos conhecer através de narrativas orais os processos de mobilização e as estratégias de organização sociopolíticas e culturais de diversos grupos sociais, no caso específico, a juventude rural. Diante disso, a realização de entrevistas com protagonistas desses processos organizativos podemos reavivar suas memórias e acessar informações relevantes sobre o passado. Portanto, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa sobre a História oral, pretendemos refletir sobre as possibilidades que essa metodologia enseja nas pesquisas na área de História, especialmente na abordagem sobre as juventudes e suas diversas formas de organização sociopolíticas e culturais.

**Palavras chave:** Pesquisa Bibliográfica; História Oral; Juventude Rural.

## RESUMEN

Este artículo es fruto de una investigación doctoral en curso que tiene como objeto de estudio la historia de la Pastoral Juvenil Rural (PJR) en la región de Cariri, Ceará, de 1994 a 1999. Debido a la falta de fuentes documentales sobre su historia, optamos por la metodología de la historia oral para construir fuentes y analizarlas. Con respecto al PJR, es importante señalar que surgió en 1983 como disidencia de los grupos juveniles de la Pastoral da Juventude Meio Popular, en Pernambuco, y de la Pastoral da Juventude, en Rio Grande do Sul. A partir de estas experiencias localizadas en el Sur y el Nordeste, la pastoral fue conquistando a más jóvenes rurales y se expandió a otras regiones y estados del país. En Ceará, los primeros grupos surgieron en la región de Cariri en 1994, cuando una comisión formada por 10 jóvenes asumió la responsabilidad de formar grupos en sus comunidades. Además, el PJR es una organización progresista y ecuménica vinculada a la Iglesia Católica. Hechas las consideraciones necesarias sobre el objeto que inspiró este artículo, nuestro objetivo en este trabajo es reflexionar sobre las posibilidades de la historia oral en la constitución de fuentes y análisis en el campo de la historia, para historizar el curso histórico de las organizaciones juveniles y movimientos sociales rurales. En este sentido, consideramos que la historia oral ha sido fundamental para conocer los procesos de movilización y las estrategias de organización sociopolítica y cultural de diversos grupos sociales, específicamente de la juventud rural, a través de los relatos orales. Mediante la realización de entrevistas a los protagonistas de estos procesos organizativos, podemos revivir sus recuerdos y acceder a información relevante sobre el pasado. Así, a través de una revisión bibliográfica cualitativa de la historia oral, pretendemos reflexionar sobre las posibilidades que esta metodología abre para la investigación en el campo de la historia, especialmente en el abordaje de los jóvenes y sus diversas formas de organización sociopolítica y cultural.

**Palabras clave:** Investigación Bibliográfica; Historia Oral; Juventud Rural.

## INTRODUÇÃO

presente artigo é fruto das reflexões e estudos que venho desenvolvendo em minha pesquisa de doutorado sobre a Pastoral da Juventude Rural, uma organização constituída pelas juventudes rurais brasileiras em 1983. A história dessa organização tem permitido compreender os processos organizativos de jovens rurais e a importância que esse instrumento coletivo proporcionou a diferentes gerações de juventude rural desde sua criação. Constituindo-se como um ente pedagógico e mobilizador das juventudes rurais brasileiras (Silva; Rodrigues, 2023).

Como as fontes documentais sobre as experiências dos grupos de base da PJR são escassas, a saída que tive foi recorrer a História oral como metodologia para produção de fontes e análise das informações produzidas por meio de entrevistas com algumas lideranças que atuaram nos primeiros grupos na região do Cariri, no Estado do Ceará no período de 1990 a 2000.

A História oral é uma metodologia que tem permitido a realização de estudos sobre indivíduos e grupos referentes as experiências que vivenciaram e/ou protagonizaram em diferentes momentos de suas vidas. Por meio da realização de entrevistas, tem sido possível reunir informações que nos ajuda a problematizar os sujeitos e suas ações ao longo do tempo. Bem como, refletir sobre a importância de todas as pessoas para a construção de história plural e diversa, de jovens, mulheres, trabalhadores, LGBT, entre outros.

Por fim, o trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro apresento um breve histórico da Pastoral

da Juventude Rural. Em seguida abordo sobre como as regulações referentes a pesquisa com seres humanos no Brasil, tem impostos desafios as pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais, uma vez que estes instrumentos regulatórios são inspirados na área da Saúde, especialmente da área biomédica. Na sequência, reflito sobre a História oral e as possibilidades que essa metodologia enseja nas pesquisas sobre jovens rurais e os instrumentos que criam para se organizarem coletivamente, como a Pastoral da Juventude Rural.

## DESENVOLVIMENTO

### Pastoral da Juventude Rural: Breve História

No início dos anos 1980, a juventude do meio rural que estava inserida em grupos das Pastorais de Juventudes da Igreja Católica, bem como os assessores que os acompanhavam, se deram conta de que o trabalho que realizavam não respondia a especificidade dos jovens do campo. Pois, o trabalho e as reflexões desses coletivos estavam voltados às juventudes urbanas, enquanto os jovens do campo, muitas vezes, não tinham suas demandas respeitadas e se sentiam desvalorizados pelas juventudes urbanas. Diante disso, assumiram o desafio de construir uma pastoral específica.

Desse processo, surge a Pastoral da Juventude Rural (PJR), fundada em 13 de março de 1983, como uma organização juvenil, vinculada a Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, de caráter religioso e ecumênico a serviço das juventudes rurais do Brasil. Ela se constituiu a partir de duas experiências organizativas das juventudes do campo, concomitantemente, da Pastoral da Juventude do Meio Rural, na região Sul, a partir do Rio Grande do Sul, e da Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural, PJMP-R, no nordeste do país, em Pernambuco.

Sua história e caminhada a serviço das juventudes rurais em diferentes rincões do Brasil entrelaça-se, [...] no processo histórico da Igreja, santa e pecadora, e esta está no contraditório processo histórico da sociedade, demarcado pela sua atualidade. A PJR está no tempo, desde o início da década de 1980. E a PJR atua num determinado espaço geográfico deste planeta Terra, ‘arca de Noé’ no mar do universo, ser vivo (Gaia) e nossa Mãe Terra, o Brasil [...]. (PJR Brasil, 2013, p. 9. Grifo dos autores).

De acordo com o historiador Francisco Ytalo de Lima Silva a história da PJR pode ser dividida em dois períodos. O primeiro correspondendo ao surgimento dos brotos no Rio Grande do Sul e no Pernambuco em 1983 e indo até a realização da Primeira Assembleia Nacional da PJR em 1988. O segundo correspondendo ao período de 1988 até os dias atuais, conforme a linha do tempo abaixo (Silva, 2023b).

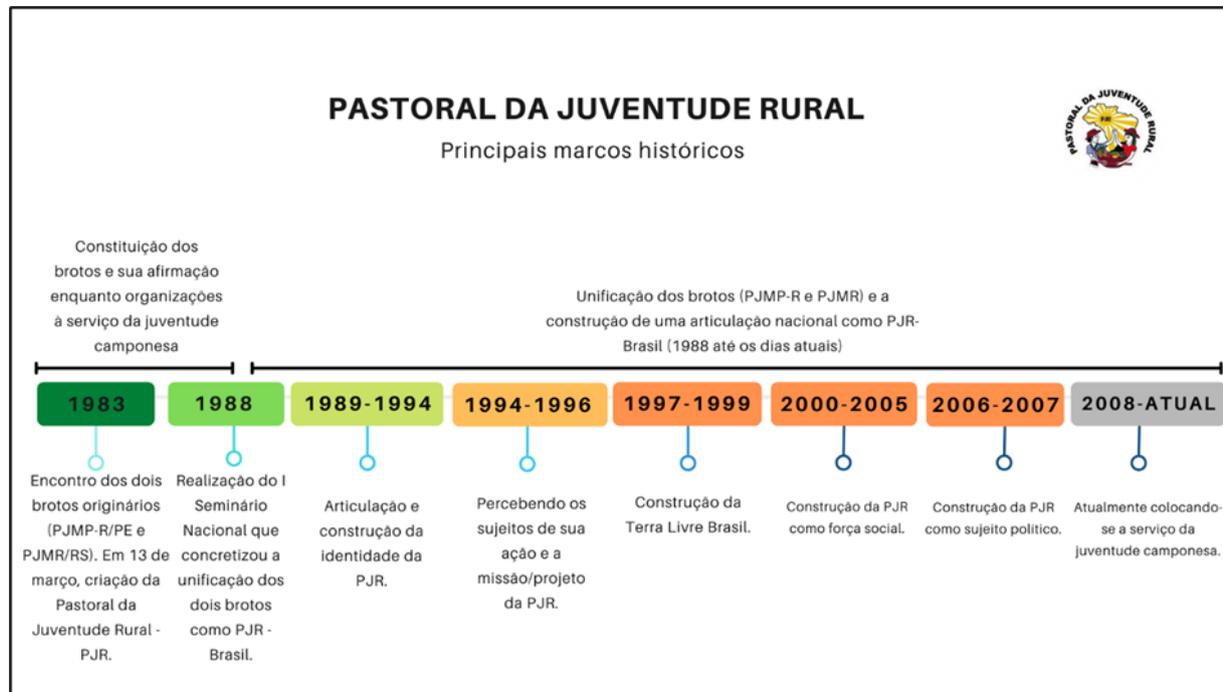


Figura 1. Linha do tempo dos principais momentos da história da Pastoral da Juventude Rural

Fonte: (Silva, 2023, p. 75)

Neste percurso a PJR já realizou diversos eventos nacionais, a saber: Três (3) Congressos (2000 e 2006, em Brasília e 2014, em Recife), oito (8) Assembleias (1989, 1991, 1994, 1997, 2004, 2009, 2013 e 2017) e diversos Seminários (o primeiro em 1988 e o último em 2016). Periodicamente realiza uma avaliação da caminhada e toma as decisões necessárias para qualificar a atuação da PJR junto a sua base e aos demais jovens rurais, o que

acontece entre duas e três vezes ao ano. Além disso, é realizada anualmente a Escola de Formação Nacional para Militantes da PJR.

Com relação a organicidade dos grupos, a PJR organiza a juventude rural a partir de três diferentes grupos de bases, a saber:

I - Grupos de Vivência que reúne jovens camponeses que estejam na cidade temporariamente para estudar ou trabalhar e decidiram se reunir para tratar sobre o campo, assim mantendo o vínculo afetivo com este espaço;

II - Grupos nas Comunidades que são compostos por jovens de uma ou mais comunidades que decidiram se organizar para discutir e intervir sobre os problemas locais;

III - Grupos de Produção e Resistência - GPR que também são grupos nas comunidades, sendo o diferencial deles a produção em torno de alguma matéria-prima disponível localmente, como frutas que servem para fazer doces e polpas. Além disso, artesanatos em geral e a comercialização de mudas, por exemplo. (Silva, 2023, p. 77-78)

Esses grupos de base são articulados em nível municipal, diocesano e estadual. As coordenações são colegiadas, com ênfase para paridade de gênero. Na organicidade da PJR o processo formativo é realizado através de Escolas de Formação, Seminários, Intercâmbios e Cursos. Os grupos se organizam de acordo com suas realidades e especificidades locais.

A preocupação com a formação e a educação da juventude camponesa sempre foi um dos pilares basilares da atuação da PJR, uma vez que compreende os processos formativos como sendo imprescindíveis à organização das juventudes camponesas. Todavia, não se trata de qualquer tipo de educação e sim, de uma educação que valorize antes de tudo, o campo e seus habitantes e não, que os incentive a abandonar este espaço e ir viver nas periferias das grandes cidades. (Silva, 2023, p. 76)

Deste modo, a desconstrução do campo como lugar atrasado e ruim para viver tem sido uma das principais tarefas que a PJR tem assumido ao longo do tempo, do ponto de vista pedagógico e formativo (Silva; Rodrigues, 2023). Como também na mobilização das juventudes do campo, para que possam cobrar do poder público e também propor políticas públicas efetivas para o meio rural e específicas para elas. Enfim, a PJR é organizada e construída por jovens e para os jovens, assim garantindo o protagonismo e valorização do potencial destes.

### **Comitês de Ética e Pesquisa e os desafios da pesquisa com seres humanos em Ciências Humanas e Sociais no Brasil**

No Brasil as pesquisas com seres humanos, eram regulamentadas até o início de 2024, pelas resoluções 466/2012 que trata de estudos na área de Saúde e 510/2016 que versava sobre as pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais. Com a sanção da Lei 14.874/2024, que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SNESP), as pesquisas em todas as áreas do conhecimento passam a ser submetidas a ela, como previsto no artigo 63. Apesar de não estabelecer os critérios específicos sobre os estudos em Ciências Humanas e Sociais, no parágrafo único do referido artigo, aponta para as eventuais especificidades desse campo.

Na prática, a lei segue o mesmo tom das resoluções anteriores, e subordina de forma indevida as Ciências Humanas e Sociais ao campo biomédico (cf. Nicacio, 2023). Ou seja, mesmo que haja espaço para elaboração de regulamentação própria para CHS, essas áreas continuarão a ter suas pesquisas analisadas em aspectos éticos, a partir de uma lógica biomédica.

Diante disso, um dos principais desafios no que tange a pesquisa com seres humanos nessas áreas é a adequação dos projetos a uma lógica pensada para o campo biomédico. Uma vez que as CHS possuem especificidades e particularidades em seus objetos de estudos, bem como, nos aspectos teóricos e metodológicos que são diferentes das Ciências Médicas e da Saúde.

Assim sendo, as limitações começam pela própria plataforma de submissão dos projetos, a Plataforma Brasil criada com a finalidade de reunir as propostas de pesquisa e enviar para avaliação ética aos Comitês de Ética e Pesquisa das Universidades e Centros de Pesquisas do país. A estrutura de submissão de projetos é no padrão das pesquisas na área de saúde e isso acaba dificultando para pesquisadores/as de outras áreas que seguem padrões diferentes. Essa falta de padronização da Plataforma, contribui diretamente para que muitas submissões retornem ainda durante o processo de análise documental, devido a exigência de documentos, que em tese não se aplicam as pesquisas em CHS, como autorização para acessar informações públicas em arquivos e também fontes digitais, por exemplo.

Assim, uma questão que é pautada quando da discussão sobre a avaliação ética das pesquisas em ciências humanas e sociais diz respeito à atual vinculação às normativas e diretrizes que são ditadas pelo Ministério da Saúde. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do Conselho Nacional de Saúde, pertence ao Ministério da Saúde. Sua importância é inegável, considerado o histórico apresentado de nascimento e desenvolvimento da bioética e consolidação da atenção aos direitos humanos. Não obstante, é igualmente incontestável que

nem todas as pesquisas em ciências humanas e sociais, nem mesmo a maioria delas, são realizadas no campo da saúde. Assim, há um descompasso entre a proposição do atual Sistema CEP/Conep e o universo das pesquisas nessas áreas. Uma das propostas do Fórum das Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, composto por dezenas de associações e sociedades nas áreas antepostas, seria, portanto, a constituição de um sistema de avaliação da ética em pesquisa em ciências humanas e sociais externo ao Ministério da Saúde, não subjugado ao modelo biomédico de avaliação de pesquisas que envolvem seres humanos. Afinal, além da observação de que boa parte das pesquisas em ciências humanas e sociais não está inserida no campo da saúde, é necessário diferenciar pesquisa social de pesquisa clínica. (Silva; Pereira, 2016, p. 130)

Essa diferenciação entre pesquisa social e clínica é fundamental para compreender essa indevida subordinação, como criticam as associações no campo das CHS. Cabe destacar que às relações estabelecidas entre pesquisadores e as pessoas que colaboram com as pesquisas nas das Ciências Humanas e Sociais, parte de um espaço de interação mútua e que é fundamental para o próprio desenvolvimento do estudo. Ou seja, não se trata, como em muitas pesquisas nas ciências médicas e de saúde, de uma cobaia que passará por testes ou terá seu corpo como instrumento de observação e/ou intervenção.

As ciências humanas e sociais apresentam, portanto, particularidades que precisam ser levadas em consideração, especialmente no que se refere ao processo de negociação entre pesquisador e pessoas e/ou grupos de pessoas pesquisados, quando do estabelecimento das relações em campo, como já abordado. Ademais, como também apontado, a expectativa de ‘atuação política’ dos cientistas sociais também tem gerado mais reflexões sobre questões éticas. (Silva; Pereira, 2016, p. 130)

Ademais, é importante que a área de Ciências Humanas e Sociais possa desfrutar de uma regulamentação específica, bem como de instrumentos de verificação ética de acordo com as especificidades dessas áreas. Até mesmo, para que os pesquisadores dessas áreas não se desestimulem em realizar pesquisas envolvendo seres humanos, para não terem que lidar com uma burocracia desgastante. Ou que comprometa até mesmo a execução da pesquisa, devido a própria demora na avaliação ética dos projetos pelos Comitês de Ética e Pesquisa.

Por fim, para compreender mais detalhadamente as discussões em torno dessa problemática, recomendo a leitura do artigo “O processo de avaliação ética de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira”, de Erinaldo Matias Nicacio. No texto, o autor se dedica a analisar os impasses e as dificuldades que os pesquisadores dessas áreas enfrentam na análise ética de suas pesquisas (Nicacio, 2023).

### **História oral como ferramenta de pesquisa histórica sobre organizações políticas de juventudes rurais**

A História oral é uma metodologia de pesquisa interdisciplinar que utiliza da realização de entrevistas orais, com finalidades diversas como a constituição de acervos e/ou fontes de pesquisas sobre temáticas diversas. Sua principal característica é a colaboração que existe entre entrevistador/a e entrevistado/a que podem render muitas informações importantes sobre uma dada experiência individual ou coletiva, no presente e no passado.

Para a pesquisadora Verena Alberti (2004, p. 77), a História oral “(...) consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea”. Eis a riqueza dessa metodologia nas pesquisas com pessoas e grupos que não documentaram de forma escrita suas experiências ao longo do tempo.

Diante disso, a História oral se apresenta como uma ferramenta teórica e metodológica de investigação das experiências individuais e coletivas de inúmeros sujeitos. No caso, dos jovens da Pastoral da Juventude Rural, essa metodologia se apresenta como um instrumento efetivo para conhecer e compreender os motivos que levaram, especialmente as lideranças entrevistadas, a incentivar outros jovens a constituírem grupos de base com a finalidade de debater e intervir na realidade de suas comunidades na década de 1990, no interior do Estado do Ceará.

Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um ‘retrato’ do passado. (Alberti, 2005, p. 170)

Certamente, concordo com essa afirmativa e reforço a importância da problematização e discussão da narrativa oral, uma vez que isso é fundamental para o avanço da compreensão de uma dada realidade, seja no presente ou no passado. É fato que a memória está fadada a esquecimentos e ocultações, todavia, é o olhar interpretativo e o cruzamento com outras fontes de estudos que lançamos sobre elas, que podem revelar nuances importantes sobre o universo pesquisado.

Nas palavras de Alberti (2005, p. 184), “(...) o pesquisador que trabalha com entrevistas de história oral como fontes deve ser capaz de ‘desmontá-las’, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las com pleno conhecimento de causa”. E no caso da pesquisa histórica que o relato oral “(...) dialoga com várias

temporalidades e se constitui como ‘rastros documentais’, que leva em conta o ‘regime de historicidade’ no qual se encontra inserido” (Pereira; Guimarães Neto, 2019, p. 96). Torna-se fundamental a problematização e o diálogo com outras fontes de pesquisa.

No caso dos jovens que atuaram na Pastoral da Juventude Rural (PJR) na região do Cariri cearense na década de 1990, a utilização da História oral se justifica pela ausência de fontes documentadas sobre os grupos que comporiam e as experiências que tiveram durante esse período. Diante disso, o relato oral de algumas lideranças torna-se uma fonte de informações importante sobre a época, somado a outros documentos produzidos sobre a região e os jovens rurais, como recortes de jornais ou materiais produzidos pela Igreja Católica e sindicatos rurais.

A juventude rural tem se revelado como um importante objeto de pesquisa histórica, sobretudo, quando direcionamos nosso olhar para a importância que esses sujeitos ocuparam historicamente nas relações sociais do campo. Bem como, o papel que desenvolvem na sucessão da agricultura familiar no Brasil. É fato que desde os anos 1940, tem emergido uma preocupação dos governos brasileiros em manter a juventude no campo, começando pela instituição dos Clubes Agrícolas 4S em 1942, inspirados no modelo norte-americano.

Entretanto, isso não foi suficiente para manutenção da maioria dos jovens no campo, o êxodo rural ainda é uma realidade constante devido à falta de políticas públicas efetivas que sejam capazes de proporcionar uma vida digna para as populações rurais, especialmente à juventude. Recentemente o governo do presidente Lula, fez uma Atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que tinha sido instituído no ano de 2016, pela então presidenta Dilma Rousseff. Após o golpe jurídico-parlamentar que ela sofreu, o Plano foi engavetado por Michel Temer e extinto pelo governo de Jair Bolsonaro em 2020. Essa retomada do Plano pelo governo de Lula, renova as esperanças de que as proposições de políticas públicas reivindicadas pelas juventudes rurais sejam efetivadas.

Historicamente as juventudes rurais vem tendo seus direitos negados, o que obriga a migrarem para as cidades e submeterem a trabalhos degradantes e com baixos salários. É nesse cenário, que organizações como a PJR, Movimento Sem Terra (MST), Via Campesina e outros movimentos sociais vem assumindo papéis importantes na permanência da juventude no campo, cobrando junto ao poder público a criação de políticas públicas, que garanta acesso à educação, saúde, lazer, cultura, trabalho e renda, dentre outras, no meio rural.

Ademais, as disparidades econômicas e de acesso a oportunidades nas grandes regiões brasileiras historicamente, é um fator determinante na produção documental sobre as experiências coletivas de jovens rurais. Analisando documentos da PJR, foi possível perceber que jovens da região Sul do país, produziam muitos textos e materiais de formação, enquanto jovens da região Nordeste, não tinham essa mesma disposição. Como uma das hipóteses para isso, creio que às oportunidades de acesso à instrução formal na época, refletiu diretamente nas estratégias de atuação desses jovens, em ambas as regiões do país.

Portanto, creio que a História oral é uma metodologia que nos permite acessar informações sobre o passado e as experiências dos sujeitos. Como também revelar aspectos culturais, sociais e políticos de uma dada época. Bem como, nos ajudar a perceber as mudanças e percepções dos sujeitos ao longo do tempo, através de entrevistas com protagonistas dos eventos e experiências que vivenciaram.

## **CONCLUSÕES**

Esse trabalho surge a partir das leituras e reflexões sobre a metodologia da História oral e os desafios que enfrentei quando fui submeter meu projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal Rural de Pernambuco para análise ética. A burocracia quase me fez desistir de utilizar essa metodologia e seguir as formas tradicionais de escrita da História, que é se amparar em fontes documentais. Como meu interesse de pesquisa é conhecer para além dos relatórios que existem, as motivações das lideranças entrevistadas para constituírem os grupos. Ou seja, compreender a partir desses sujeitos que elementos contribuem social, cultural, política e religiosamente para se organizarem e também dedicarem-se a organização de outros jovens. Percebi que os relatórios não seriam suficientes para isso e decidir continuar com essa metodologia, por acreditar no seu potencial para realização de estudos sobre diferentes sujeitos. Com relação a normatização das pesquisas com seres humanos no Brasil, espero que as Ciências Humanas e Sociais possam desfrutar de uma legislação própria. Uma vez que suas metodologias e objetos de pesquisas são diferentes dos da área de Saúde, assim exigindo procedimentos de análise ética diferente e condizente com a realidade dessas áreas de conhecimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da história.” In: PINSKY, Carla (org.) Fontes históricas. São. Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.
2. ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. IN: Alberti, Verena. CONTAR OUVIR: Textos em História Oral. - Editora FGV: Rio de Janeiro, 2004. pp. 77-90

3. NICACIO, E. O processo de avaliação ética de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 18, p. 1-23, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21663.031. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21663>. Acesso em: 17 set. 2024.

4. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. Breve História da PJR: 30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013) e 25 anos de PJR Brasil (1988-2013). Recife, 2013.

5. PEREIRA, A. dos R.; GUIMARÃES NETO, R. B. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 90-108, 2019. DOI: 10.22228/rtf.v12i1.930. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/930>. Acesso em: 24 jul. 2024.

6. SILVA, Érica Q; PEREIRA, Éverton L. Ética em Pesquisa: os desafios das pesquisas em ciências humanas e sociais para o atual sistema de revisão ética. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 20, 27(2):120-147, 2016.

7. SILVA, Francisco Ytalo de Lima; RODRIGUES, Cibele Maria Lima. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E SUA PEDAGOGIA DAS JUVENTUDES CAMPONESAS BRASILEIRAS. In: 41ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED EDUCAÇÃO E EQUIDADE: BASES PARA AMAR-ZONIZAR O PAÍS, 2023, Manaus. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/anped-2023/trabalhos/pastoral-da-juventude-rural-e-sua-pedagogia-das-juventudes-camponesas-brasileira?lang=pt-br> Acesso em: 17 Set. 2024.

8. SILVA, Francisco Ytalo de Lima. *Pedagogia da Pastoral da Juventude Rural*. 2023. 126 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

#### **FINANCIAMENTO**

Nenhum.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

#### **CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES**

*Conceptualização*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Curadoria de dados*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Análise formal*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Investigação*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Metodologia*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Gestão do projeto*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Recursos*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Software*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Supervisão*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Validação*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Visualização*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Escrita - projeto original*: Francisco Ytalo de Lima Silva.

*Escrita - revisão e edição*: Francisco Ytalo de Lima Silva.